



XXIV Congresso Nacional do Partido Socialista

Uma Agenda Jovem para o Trabalho em Portugal

Os grandes avanços laborais no país foram conquistados por governações do Partido Socialista. Desde a Agenda do Trabalho Digno, mais recentemente, aos sucessivos aumentos do Rendimento Mensal Mínimo Garantido, que desde 2015 totalizam um incremento de 62%, sem esquecer o importante esforço de reposição dos direitos laborais fortemente atacados durante o período de reajustamento, é no Partido Socialista que os trabalhadores e trabalhadoras encontram as mais sérias e concretas respostas aos seus problemas.

É um facto que nos orgulha e responsabiliza na mesma medida. Justamente, os trabalhadores e trabalhadoras deste país exigem cada vez mais do Partido Socialista e, atendendo ao débil contexto internacional, de inflação e guerra, e aos tradicionais problemas crónicos da economia portuguesa, cabe aos socialistas pensar o mundo do trabalho, gizar caminhos e afirmar soluções, que respondam às necessidades daqueles e daquelas que, ano após ano, vão depositando no PS a confiança para guiar os destinos do país.

O futuro do Trabalho em Portugal é um tema que o Partido Socialista não pode deixar órfão. Entre uma direita liberal, que pretende desregular a economia do trabalho, simplificar despedimentos e individualizar relações de trabalho, e uma esquerda utópica e estatizante, cabe ao PS e, em particular, aos jovens socialistas encetar uma reflexão profunda e sistémica sobre o mundo do trabalho em Portugal, independentemente de contributos pontuais e mais concretos que têm vindo a ser aportados.

Os grandes dados

População Empregada- 5 036 055 pessoas (outubro de 2023)

Taxa de Desemprego- 6,7% (outubro de 2023)

Taxa de Desemprego Jovem- 19,2% (julho de 2023)

Taxa de Trabalhadores Sindicalizados- 7,4% (2021)

Rendimento Mínimo Mensal Garantido- 820 euros (1 de janeiro de 2024)

Rendimento Médio Mensal- 1 387 euros (junho de 2023)

Média semanal de horas trabalhadas- 39,9 horas por semana (julho de 2023)

Trabalhadores por conta de outrem com contrato precário- 18% (junho de 2023)



Prioridades e Propostas

Uma visão jovem e socialista sobre o Trabalho em Portugal deve assentar em 3 pilares: conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, reforço da autonomia coletiva e reforço dos rendimentos, em particular, jovens.

I. Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar

Trabalhamos para viver, satisfazer necessidades básicas e aceder a um conjunto de bens e serviços, não vivemos para trabalhar, mas parece. Portugal é o quinto país da OCDE que mais horas trabalha, onde mais de metade dos portugueses e portuguesas referem já ter estado perto de sofrer um burnout e o risco de o atingir se situa nos 81%. À boleia de ideais desumanos de produtividade, confunde-se horas de trabalho com valor produzido, esquecendo a importância da motivação e descanso para o acréscimo de produtividade. Muito trabalho tem sido feito pelo PS em matéria de melhoria da conciliação entre a vida pessoal e familiar, sobretudo com a introdução de importantes medidas em sede de Agenda do Trabalho Digno, como o teste piloto da semana de 4 dias de trabalho, com resultados excecionais, mas importa ir mais longe. Para tal, propõe-se:

- a) Regulamentação no Código do Trabalho da figura da semana de 4 dias de trabalho, garantindo direitos de descanso semanal e manutenção dos níveis remuneratórios;
- b) Criação de estímulos fiscais, em sede de IRC, para empresas que apliquem a medida;
- c) Aplicação do regime na Administração Pública.

II. Reforço da autonomia coletiva

O coletivo faz a força, é uma máxima socialista e trabalhista que importa recuperar. É necessário edificar uma estratégia de reforço da autonomia coletiva baseada no aumento da representatividade dos sujeitos laborais coletivos, promoção da Liberdade Sindical, atualização do regime da Contratação Coletiva e dinamização da Concertação Social. Para tal, propõe-se:

- a) Campanha nacional para a importância e benefícios da sindicalização, negociação e coletivização das relações de trabalho, numa parceria entre Ministérios da Educação e Ensino Superior, compreendendo os respetivos serviços centrais, estabelecimentos escolares, instituições de ensino superior, Confederações Sindicais e sindicatos independentes.
- b) Protocolo para a criação de uma rede de promoção da sindicalização jovem, mobilizando estruturas juvenis partidárias ou partidos, associações sindicais



e DGERT, bem como associações juvenis, assente na partilha de informação, cooperação e canalização de associados para a filiação sindical.

- c) Criação de uma base de dados de trabalhadores sindicalizados e empregadores associados, com garantias de acesso restrito e utilização abstrata da informação, através do cruzamento de dados entre segurança social, finanças e associações, com o intuito de traçar um melhor retrato do associativismo laboral português e implementação de cláusulas de informação associativa;
- d) Reforço das garantias, liberdades sindicais e mecanismos de participação dos trabalhadores nas empresas, uma vez que a perseguição realizada por empregadores a trabalhadores no local de trabalho continua a ser o grande dissuasor à sindicalização.
- e) Revogação do instituto da adesão individual de trabalhador não sindicalizado a convenção coletiva;

III. Reforço dos Rendimentos

A trajetória de aumento dos rendimentos nos últimos anos é francamente positiva. Com aumentos destacáveis do valor do rendimento mínimo, pensões e salário médio, a inflação e a incerteza internacional abrandaram, contudo, a tendência de crescimento, nem sempre com tradução na vida dos trabalhadores. O aumento dos salários mínimo e médio, que beneficiam do reforço da negociação coletiva, tem de continuar a ser uma prioridade, aliado a um desagravamento fiscal do trabalho em Portugal. Para tal, propõe-se:

- a) Incentivo à valorização salarial, que comparticipa em 50% os aumentos dos salários, alargado a aumentos acima do valor de referência dirigidos a jovens trabalhadores, até aos 30 anos;
- b) Aumento faseado do rendimento mínimo mensal garantido;
- c) Reforço do programa IRS Jovem, com alargamento dos critérios de elegibilidade e aumento das deduções;
- d) Redução das taxas de IRS, em particular os escalões inferiores.

Assim, o XXIV Congresso Nacional do Partido Socialista delibera:

1. Aprovar a Agenda Jovem para o Trabalho em Portugal.

Os subscritores:

Miguel Costa Matos – militante n.º 147.699

André Abraão – militante n.º 168.423

Miguel Costa Matos – militante n.º 147.699



Luís Silva Carvalho – militante n.º 163.502

Daniel Azenha – militante n.º 179.950

Hugo Teixeira – militante n.º 169.634

Pedro Vasconcelos Almeida – militante n.º 150.076

Cláudia Moreira – militante n.º 166.912

Ricardo Brito – militante n.º 181.795

João Pedro Meira – militante n.º 165.939

Russell Sousa – militante n.º 182.421

Rúben Fernandes – militante n.º 152.010

Catarina Silva – militante n.º 186.026

Isabel Costa – militante n.º 187.248

José Eduardo Gouveia – militante n.º 132.898

Inês Monteiro – militante n.º 180.072

Luís Pereira – militante n.º 161.544

Inês João Rodrigues – militante n.º 178.017

Pedro Gomes – militante n.º 156.773

Maria Santos – militante n.º 136.317

Diogo Vintém – militante n.º 172.052

Diana Pais – militante n.º 168.740

Diogo Almeida Silva – militante n.º 177.514

Tiago Bolhão – militante n.º 177.790